

EDUCAÇÃO EM SAÚDE SOBRE INFECÇÕES SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS E AIDS PARA ADOLESCENTES

HEALTH EDUCATION ON SEXUALLY TRANSMITTED INFECTIONS AND AIDS FOR ADOLESCENTS

EDUCACIÓN EN SALUD SOBRE INFECCIONES DE TRANSMISIÓN SEXUAL Y SIDA PARA ADOLESCENTES

 <https://doi.org/10.56238/arev7n7-371>

Data de submissão: 30/06/2025

Data de publicação: 30/07/2025

Gerdane Celene Nunes Carvalho

Doutora em Enfermagem

Instituição: Universidade Federal do Ceará

E-mail: gerdanecelene@pcs.uespi.br

Iara de Souza Coelho

Pós-graduanda em Gestão em Saúde

Instituição: Universidade Estadual do Pernambuco

E-mail: iarasc14@hotmail.com

Graziela de Sousa Araújo

Graduanda em Enfermagem

Instituição: Universidade Estadual do Piauí

E-mail: gdesa@aluno.uespi.br

Vauênia Maria de Sousa Silva

Graduanda em Enfermagem

Instituição: Universidade Estadual do Piauí

E-mail: vaueniamaria@gmail.com

Francianne Rocha Brito Aguiar

Graduanda em Enfermagem

Instituição: Universidade Estadual do Piauí

E-mail: franciannerochabguiar@aluno.uespi.br

Nayane Araújo de Souza Fontes

Pós-graduada em Saúde Pública

Instituição: Faculdade Metropolitana

E-mail: nayanearaújo101@gmail.com

Mariluska Macedo Lobo de Deus Oliveira

Doutora em Serviço Social

Instituição: Universidade Federal de Pernambuco

E-mail: mariluskamacedo@pcs.uespi.br

Laise Maria Formiga Moura Barroso
Doutora em Serviço Social
Instituição: Universidade Federal de Pernambuco
E-mail: laisemaria@pcs.uespi.br

Mageany Barbosa dos Reis
Mestranda em Saúde da Família
Instituição: Universidade Estadual do Piauí
E-mail: mageanybarbosa@hotmail.com

Kamila Fernanda Soares Magalhães
Especialista em Enfermagem
Instituição: Universidade Estadual do Piauí
E-mail: kaferso2201@gmail.com

Tania Maria Santos Luz
Mestranda em Saúde da Família
Instituição: Universidade Estadual do Piauí
E-mail: tanialuz2014@hotmail.com

Francisco Railan Alves de Moraes
Especialista em Administração Hospitalar e Serviços de Saúde
Instituição: Centro Universitário UniFatec
E-mail: railanfau@gmail.com

RESUMO

Objetivo: Realizar educação em saúde e investigar o conhecimento dos adolescentes sobre ISTs e AIDS antes e depois da intervenção educativa. Metodologia: Trata-se de um estudo de intervenção, comparativo do tipo antes e depois, com abordagem quantitativa, realizado com uma amostra de 72 adolescentes matriculados em escolas públicas na cidade de Picos – PI. Os dados foram coletados por meio de um formulário com variáveis socioeconômicas, clínicas e sobre o conhecimento das ISTs e AIDS. Resultados: Os dados apontaram que 50% dos adolescentes iniciaram a vida sexual entre os 13 e 14 anos, 21% não utilizavam preservativo e houve um aumento de 62,6% de acertos antes da educação em saúde para 71,5% após a intervenção. Considerações finais: A educação em saúde mostrou-se um meio eficaz para ampliar o conhecimento dos adolescentes sobre as ISTs e AIDS.

Palavras-chave: Conhecimento. Intervenção Educativa. Promoção da Saúde. Adolescência.

ABSTRACT

Objective: To carry out health education and investigate adolescents' knowledge of STIs and AIDS before and after the educational intervention. Methodology: This is a before-and-after comparative intervention study, with a quantitative approach, carried out with a sample of 72 adolescents enrolled in public schools in the city of Picos - PI. Data was collected using a form with socioeconomic, clinical and knowledge variables on STIs and AIDS. Results: The data showed that 50% of the adolescents began their sexual lives between the ages of 13 and 14, 21% did not use condoms and there was an increase from 62.6% correct answers before the health education to 71.5% after the intervention. Final considerations: Health education proved to be an effective way of increasing adolescents' knowledge about STIs and AIDS.

Keywords: Knowledge. Educational Intervention. Health Promotion. Adolescence.

RESUMEN

Objetivo: Realizar educación en salud e investigar el conocimiento de los adolescentes sobre las infecciones de transmisión sexual (ITS) y el SIDA antes y después de una intervención educativa. Metodología: Se trata de un estudio de intervención, comparativo del tipo antes y después, con enfoque cuantitativo, realizado con una muestra de 72 adolescentes matriculados en escuelas públicas de la ciudad de Picos – PI. Los datos fueron recolectados mediante un formulario con variables socioeconómicas, clínicas y sobre el conocimiento de las ITS y el SIDA. Resultados: Los datos indicaron que el 50% de los adolescentes iniciaron su vida sexual entre los 13 y 14 años, el 21% no utilizaba preservativo y hubo un aumento del 62,6% de aciertos antes de la educación en salud al 71,5% después de la intervención. Consideraciones finales: La educación en salud demostró ser un medio eficaz para ampliar el conocimiento de los adolescentes sobre las ITS y el SIDA.

Palabras clave: Conocimiento. Intervención Educativa. Promoción de la Salud. Adolescencia.

1 INTRODUÇÃO

A adolescência é marcada por alterações biológicas, além do desenvolvimento mental, físico, social e sexual. Cronologicamente, é definida pela faixa etária de 10 a 19 anos, conforme Organização Mundial de Saúde (OMS, 2018). Um evento importante vivenciado nessa fase, trata-se do início das práticas sexuais.

Estudo constatou uma média de idade de 12,4 anos na primeira relação sexual (REIS *et al.*, 2019). Essa estatística aponta que a média iniciação sexual entre os adolescentes é precoce, visto que a sexarca acontece antes dos 15 anos (Castro *et al.*, 2023). Dados da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE), em 2019, indicam que 35,4% dos escolares de 13 a 17 anos de idade já tiveram relação sexual alguma vez, o que representa uma redução de 2,1 em relação ao resultado de 2015. A análise dos percentuais de iniciação sexual por sexo mostrou que 39,9% dos meninos já tiveram relação sexual alguma vez, enquanto no sexo feminino o percentual foi de 31,0%.

Esse início sexual precoce expõe o adolescente a um comportamento de risco, como o não uso do preservativo, gerando desfechos indesejados que compreende as infecções sexualmente transmissíveis (ISTs), a gravidez indesejada e outros problemas ordem biológica, socioeconômica e psicológica (RODRIGUES *et al.*, 2021).

As ISTs são consideradas um problema de saúde pública em todo o mundo (SPINDOLA *et al.*, 2021). Estima-se que em torno de 1 milhão de pessoas contraíram ISTs no Brasil em 2019. Foram cerca de 357 milhões de infecções, dentre as quais estão clamídia, gonorréia, sífilis e tricomoníase, o que corresponde a 0,6% da população com 18 anos de idade ou mais (IBGE, 2020). Em se tratando da AIDS, foram registrados 35.246 casos em 2021, e a razão de sexos, expressa pela relação entre o número de casos de AIDS em homens e mulheres, foi de 25 homens para cada dez mulheres. O país tem registrado, anualmente, uma média de 36,4 mil novos casos da imunodeficiência nos últimos cinco anos (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2022).

Além do impacto que o diagnóstico dessas doenças, em alguns casos, as ISTs podem levar a outras complicações de saúde, como salpingite, infertilidade, aborto espontâneo e morte, se não tratadas adequadamente, além contribuir com aumento, em pelo menos dez vezes, de contrair o vírus do HIV (MORRIS, 2023).

Ao considerar o panorama epidemiológico e a vulnerabilidades dos adolescentes, é fundamental promover a saúde com enfoque na sexualidade e na prevenção das ISTs, visto que os riscos associados aos comportamentos sexuais são influenciados também por processos psicossociais, que favorecem a construção de identidades normativas de gênero (FERREIRA *et al.*, 2020).

Para tanto, há iniciativas governamentais que visam assegurar a saúde sexual e reprodutiva. No Brasil, um dos desafios para atingir as metas pactuadas na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável é a elaboração de políticas e implementação de ações voltadas a adolescentes e jovens, com enfoque do acesso universal aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, incluindo planejamento familiar, informação e educação. (VIEIRA *et al.*, 2021).

O Decreto Nº 11.074, de 18 de maio de 2022, que instituiu o Programa de Proteção Integral da Criança e do Adolescente tem como objetivo no Plano Nacional de Prevenção Primária do Risco Sexual Precoce e Gravidez na Adolescência mitigar as doenças e os agravos físicos e psicoemocionais decorrentes da iniciação sexual precoce. E para operacionalizar as ações educação em saúde no âmbito escolar, foi instituído pelo Decreto Presidencial nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007, o Programa Saúde na Escola (PSE).

No entanto, apesar das políticas e programas supracitados, algumas pesquisas apontam a insuficiência de conhecimento dos adolescentes sobre as infecções, limitando-se a mais informações divulgadas nas mídias e meios acadêmicos (SPINDOLA *et al.*, 2021). Viera *et al.* (2021) também evidenciaram que os adolescentes apresentaram concepções prévias e eventualmente superficiais a respeito da prevenção de IST.

Essa lacuna no conhecimento contribui para o aumento da vulnerabilidade e transmissão do HIV, visto que aumenta a probabilidade de exposição dos jovens a comportamentos de risco (SILVA *et al.*, 2020). Esse comportamento de risco foi constatado em estudo realizado pelo IBGE (2021), que apontou uma queda no uso de preservativo de 72,5% para 59% entre 13 e 17 anos, do ano de 2009 a 2019. Diante desse cenário, evidencia-se a importância da saúde sexual e reprodutiva na adolescência.

Assim, diante do aumento da prevalência das ISTs, da lacuna no conhecimento e das práticas sexuais de risco dos adolescentes é preciso reforçar as ações preconizadas, visto que a maioria das escolas têm dificuldade em cumprir a educação instrucional como guia curricular para tópicos interdisciplinares, como a educação sexual.

Desse modo, objetiva-se com a pesquisa em tela realizar educação em saúde para adolescentes acerca das ISTs e AIDS e investigar o conhecimento dos adolescentes antes e depois da intervenção. A realização de atividades de educação em saúde sobre IST e AIDS e a investigação do conhecimento dos adolescentes antes e depois da intervenção podem contribuir para aquisição de conhecimentos e para adoção de práticas sexuais seguras pelos adolescentes e, portanto, para a redução do risco de transmissão das ISTs e AIDS.

2 METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de intervenção, comparativo do tipo antes e depois, e com abordagem quantitativa. Foi realizado em cinco escolas do ensino público da cidade de Picos, no estado do Piauí. Para obtenção dos participantes, foi realizado um levantamento nas escolas para determinar o quantitativo de alunos matriculados que atendessem os critérios estabelecidos.

Foram utilizados como critérios de inclusão, adolescentes entre 14 a 17 anos de idade, regularmente matriculados na rede municipal de ensino no município de Picos – PI. Como critérios de exclusão foram considerados, alunos que não compareceram às aulas no período da coleta. Após a aplicação desses critérios, a amostra foi constituída por 72 adolescentes (n=72).

A coleta de dados foi realizada no período de abril de 2023 a abril de 2024, por meio da aplicação de um formulário contendo variáveis socioeconômicas e clínicas, além de variáveis relacionadas à sexualidade do adolescente, à educação em saúde e ao conhecimento dos adolescentes sobre IST, o pré-teste. Após a aplicação desses instrumentos, foram realizados dois encontros de educação em saúde e a aplicação do pós-teste, buscando compreender o entendimento dos adolescentes antes e depois da intervenção educativa.

Os dados foram importados para o programa Excel, onde foi realizada a estatística descritiva, aplicando-se a frequência relativa e absoluta para as variáveis categóricas e a média e desvio padrão para as contínuas. Seguidamente, foi realizado o teste t de student para amostras pareadas com o objetivo de comparar o nível de conhecimento antes e depois da atividade educativa. Considerou, para tanto, o nível de significância de 5% para as análises inferenciais.

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual do Piauí, através da Plataforma Brasil, parecer: 5.851.649. Foram obedecidos todos os preceitos éticos dispostos na Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde e os participantes assinaram o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE), e os seus responsáveis assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), tendo em vista que são adolescentes ainda menores de 18 anos e necessitam da autorização para a participação na pesquisa.

3 RESULTADOS

Participaram do estudo um total de 72 adolescentes, entre os quais prevaleceram os da faixa etária de 14 a 15 anos (68%), do sexo masculino (57%), de cor parda (50%), solteiros(as) (96%), católico (51%), não trabalhadores (90%), da classe econômica C (57%), residente com os pais (97%), em casa própria (78%) (Tabela 1).

Tabela 1. Perfil socioeconômico e demográfico dos adolescentes entrevistados, n=72. Picos-PI, 2024.

	n	%
Faixa etária		
14 e 15 anos	49	68
16 e 17 anos	23	32
Sexo		
Masculino	41	57
Feminino	31	43
Cor da pele		
Negra	12	17
Branca	20	28
Amarela	4	5
Parda	36	50
Estado Civil		
Solteiro	69	96
Casado	3	4
Religião		
Católico	37	51
Protestante	4	6
Sem religião	14	19
Outra	17	24
Atividade Laboral		
Sim	7	10
Não	65	90
Classe econômica		
A	7	10
B	4	6
C	41	57
D-E	11	15
Não respondeu	9	12
Residência		
Própria	56	78
Alugada	13	18
Cedida	3	4

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

No que se refere aos antecedentes clínicos, apenas 6% (n=4) referiram doença atual, tendo asma como a mais predominante; 26% (n= 19) relataram antecedente patológico, sendo os mais citados diabetes e hipertensão, e 18% (n= 13) referiram fator de risco, prevalecendo a obesidade. Ao serem questionados sobre a sexualidade, 50% (n= 19) iniciaram a vida sexual entre os 13 e 14 anos, 76% (n= 29) relatam fazer o uso de preservativo, enquanto 21% referiram o não uso,e os outros 3% que já iniciaram atividade sexual não responderam (Tabela 2). Dos 72 adolescentes entrevistados, 38 relataram já terem iniciado a vida sexual, enquanto 34 adolescentes não responderam a esses questionamentos.

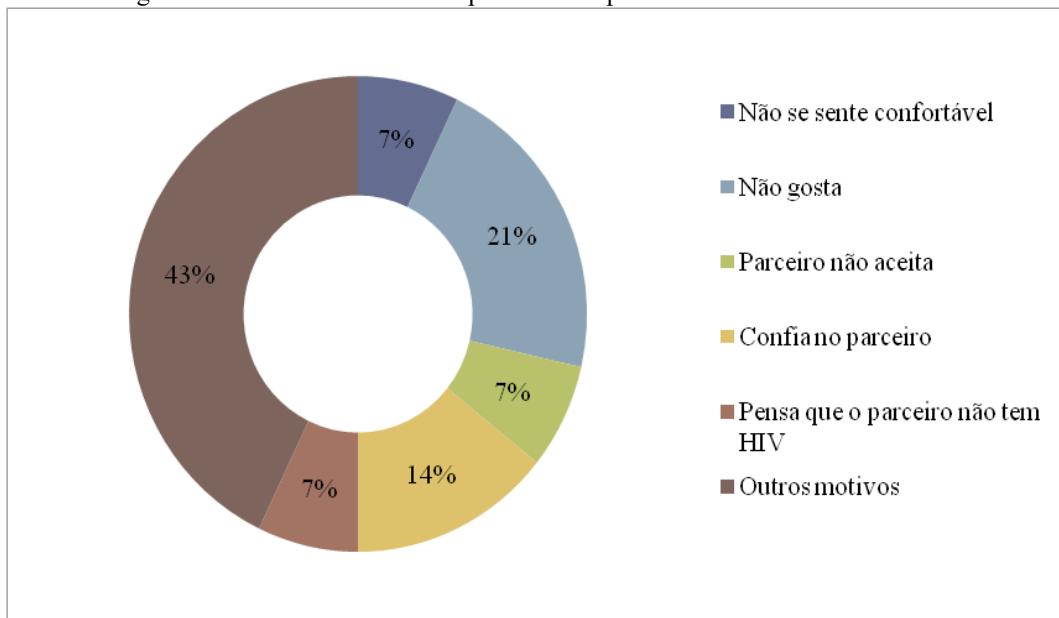
Tabela 2. Disposição quantitativa e percentual do início da vida sexual e do uso de preservativos entre os adolescentes entrevistados, n= 38. Picos-PI, 2024.

	n	%
Início da vida sexual		
<13 anos	2	5%
13 e 14 anos	19	50%
15 e 16 anos	16	42%
não respondeu*	1	3 %
Uso de preservativos		
Sim	29	76%
Não	8	21%
não respondeu*	1	3%

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

Dos adolescentes que relataram não usar o preservativo, 7% alegaram que não o fazem por não se sentir confortável (n= 1), 21% não gostam (n=3), 7% referiram que não usam devido a não aceitação do parceiro (n=1), 14% confiam no parceiro (n=2), 7% acredita que o parceiro não tem HIV (n=1) e 43% declaram outros motivos pelo não uso do preservativo (n=6) (FIGURA 1).

Figura 1. Motivos do não uso do preservativo pelos adolescentes entrevistados.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

No que concerne à participação dos adolescentes em atividades de educação em saúde, 71% (n= 51) mencionam participar de atividades educativas na escola, e 74% (n= 53) não participam de atividades educativas no PSF. Quanto às informações sobre prevenção de IST e AIDS, 68% (n= 49) referem receber informações, e 71% (n= 51) não conversam com os pais sobre a temática (Tabela 3).

Tabela 3. Participação em atividades educativas por parte dos adolescentes entrevistados, n=72. Picos-PI, 2024.

	n	%
Participa de atividades educativas na escola?		
Sim	51	71
Não	20	28
Não respondeu	1	1
Participa de atividades educativas no PSF?		
Sim	18	25
Não	53	74
Não respondeu	1	1
Recebe orientações sobre prevenção de IST e AIDS?		
Sim	49	68
Não	22	31
Não respondeu	1	1
Conversa com os pais sobre IST e AIDS?		
Sim	21	29
Não	51	71

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

Foi avaliado também o nível de conhecimento sobre IST e AIDS antes e depois de uma atividade educativa com 8 questões. Para todas as questões, observou-se um aumento no percentual de acerto antes e depois da intervenção e houve uma aumento no conhecimento dos adolescentes de 62,6% para 76,5 (Tabela 4).

Tabela 4. Comparação de acertos das variáveis antes e após educação em saúde. Picos – PI, 2024.

Acertos do pré-teste e pós-teste	Pré-teste	Pós-teste
ÍTENS		
Conceito de IST	19%	28%
Tipos de ISTs	21%	31%
Formas de transmissão das ISTs/HIV	60%	83%
Como utilizar o preservativo	86%	90%
Onde encontrar o preservativo	90%	100%
Serviço que deve ser procurado na suspeita de ISTs/AIDS	58%	90%
Uma pessoa saudável pode estar contaminada	81%	100%
As ISTs e AIDS afetam somente homossexuais, profissionais do sexo e usuários de droga	86%	90%
TOTAL DE ACERTOS	62,6%	76,5%

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

Desse modo, no primeiro momento (antes da atividade educativa) contabilizou 62,6 de acertos e após a realização da atividade obteve-se um total de 76,5% de acertos. Assim, foi realizada uma análise comparativa do pré e pós atividade educativa, a partir da qual pôde-se comprovar diferença estatisticamente significante ($p < 0,05$) para o aumento do número de acertos no segundo momento.

4 DISCUSSÃO

Os dados da pesquisa traz uma predominância do sexo masculino (57%) e 90% refere não trabalhar, o que ratifica com um estudo de Castro *et al.* (2023), distinguindo apenas em relação ao sexo, onde, no outro estudo, prevaleceu o sexo feminino (53%). A baixa inserção no mercado de trabalho fortalece a ideia de um grupo fundamentalmente escolarizado, onde se dispõe de mais tempo para se dedicar às atividades escolares e de ensino. Nessa perspectiva, o ensino da educação sexual para prevenção das IST surge como uma ferramenta importante para ser trabalhado no âmbito escolar.

Para tanto, é necessário operacionalizar as políticas públicas voltadas para educação sexual no âmbito da escola. Porém, estudo de Rumor *et al.* (2023) aponta a necessidade de fortalecimento do Programa Saúde na Escola enquanto política pública, com vistas à efetivação de ações articuladas entre saúde e educação para obtenção de melhores resultados na qualidade de vida dos estudantes, com reflexo positivos nos determinantes sociais.

Quanto ao perfil clínico, 6% dos participantes apresentam uma doença atual, com a prevalência da asma, e 26% dos adolescentes referem hipertensão arterial e diabetes mellitus como antecedentes patológicos. Apesar de serem patologias comuns sem relação direta com as IST e AIDS, podem trazer complicações quando associadas à uma gestação, principalmente na adolescência (ANDRADE E BATISTA, 2021). Além disso, essas informações são pertinentes, tendo em vista ser fundamental para estratégias de ações integradas de promoção de saúde.

Os dados dessa pesquisa apontam que 50% (n= 19) dos adolescentes iniciaram a vida sexual entre os 13 e 14 anos, resultado semelhante a pesquisa de Vieira *et al.* (2021) e Spinola (2020), que constataram a prevalência da atividade sexual precoce de 47,3% e 59%, respectivamente, e divergente da pesquisa de Castro *et al.* (2023) em que o início da vida sexual foi de 24,2% entre os adolescentes.

O estudo revela que grande parte dos adolescentes que iniciaram a vida sexual antes dos 14 anos são de classe média (C), e a maioria desses refere o não uso do preservativo. Esse dado aproxima a pesquisa com o estudo de Costa *et al.* (2020), onde revela que os adolescentes que vivem com até um salário mínimo são mais vulneráveis às ISTs e AIDS. Por conseguinte, Pinheiro (2020) aponta que os determinantes sociais, como a classe social, influenciam diretamente na vulnerabilidade dos adolescentes a essas infecções.

Vários fatores estão associados à iniciação sexual precoce, como a falta de monitoramento parental e comunicação, conflitos familiares, evasão escolar, baixa escolaridade, insatisfação com a escola; baixo rendimento escolar, sofrer influência ou pressão dos amigos, saídas frequentes com os amigos, consumo abusivo de álcool e drogas (ARAÚJO *et al.*, 2021).

Vale ressaltar que os adolescentes do sexo masculino apresentam uma maior vulnerabilidade para uma sexarca cada vez mais precoce em comparação as adolescentes do sexo feminino, influenciados por uma pressão social que impõe um comportamento de virilidade (ARAÚJO *et al.*, 2021). Esse fator deve ser considerado na prática, pois além da vulnerabilidade às IST, esse grupo frequenta menos os serviços de saúde, constituindo-se um transmissor em potencial (LEAL *et al.*, 2023).

Outra questão a ser considerada é que uma porção das relações sexuais que ocorrem com adolescentes menores de 14 anos tendem a ser não consentida, o que leva a questões sociais, onde não é necessário somente intervenções educativas, como também legais e jurídicas, buscando proteger esses adolescentes (BRASIL, 2018).

Além da sexarca precoce, 21% relataram que não fazia uso do preservativo durante as relações sexuais, o que constitui um percentual expressivo, visto que aumenta o risco de IST e gravidez indesejada. Esse resultado foi semelhante ao estudo de base escolar nacional, que constatou que 71% dos adolescentes usaram preservativo (BORGES *et al.*, 2021). Para Mota *et al.* (2022), a probabilidade de os adolescentes não utilizarem preservativo nas relações sexuais foi de 29,4%.

Ademais, é preciso levar em consideração que os adolescentes têm uma percepção distorcida do risco real da infecção por IST/AIDS (QUIRINO *et al.*, 2023). Assim, o desconhecimento do uso correto do preservativo, a falta de orientação, a iniciação sexual precoce, a interferência no prazer, ser menor de idade, baixa escolaridade materna e dos adolescentes, menor nível socioeconômico, uso de álcool e drogas lícitas ou ilícitas e ser do sexo feminino também são fatores que interferem no não uso do preservativo entre os adolescentes (MOREIRA *et al.*, 2022).

Apesar do sexo feminino ter sido apontado por Moreira *et al.* (2022) como fator de risco para o não uso de preservativo, é preciso considerar que é comum a rejeição do seu uso em quaisquer dos gêneros (QUIRINO *et al.*, 2023). A relação com parceiro também exerce forte influência, como ter parceiro fixo, a confiança no parceiro e a imprevisibilidade das relações sexuais (MOREIRA *et al.*, 2023; BORGES E NAKAMURA, 2009).

Os participantes da pesquisa que revelaram não fazer o uso de preservativos nas relações sexuais relataram que não o faziam, em sua maioria, por “não se sentir confortável”, por não gostar e por “outros motivos”, sendo estes fatores mostrados também no estudo de Moreira *et al.* (2022) como uns dos principais motivos do não uso da proteção. Essa prática da não adesão é um grande impasse, pois torna-os mais vulneráveis a IST e AIDS, como também à uma gravidez não planejada.

Em relação à orientação sobre prevenção de IST e AIDS, 68% dos adolescentes afirmaram recebê-las, porém, apenas 29% conversam com os pais sobre o tema, o que corrobora com o estudo de

Azevedo *et al.* (2023), em que uma grande parte dos sujeitos afirmam não se sentirem à vontade para conversar com os pais/familiares sobre o assunto.

Esse dado aponta que a sexualidade ainda é um tabu no ambiente familiar, onde os pais não conversam e não orientam os filhos em relação à temática, o que é preocupante, visto que os adolescentes buscam informações em locais inadequados, encontram fake news, o que compromete o conhecimento sobre a prevenção das IST/AIDS e a adoção de práticas sexuais seguras.

Segundo Spinola (2020), a falta de orientação dos pais pode estar relacionada ao despreparo, vergonha, limitação sobre o assunto e medo de terem um diálogo aberto sobre as práticas sexuais. Dessa forma, as orientações sobre prevenção de IST devem abranger os pais, para orientar desde a prevenção até as condutas diante do diagnóstico de uma IST e de uma gravidez indesejada.

A pesquisa mostrou que 71% dos adolescentes participam de atividades educativas na escola, o que provavelmente tem influência das atividades de programa de saúde na escola realizadas pelos profissionais da Estratégia de Saúde da Família. Embora a pesquisa não tenha investigado se a educação em saúde na escola é realizada pelos professores ou pelos profissionais de saúde, esse resultado é satisfatório, visto que na pesquisa de Spindola (2020), o professor foi citado por uma minoria (2%) como fonte de informação.

Chama atenção o fato de 74% dos adolescentes não terem participado de educação em saúde sobre IST/AIDS nas unidades de saúde, fato também constatado no estudo de Medeiros e Oliveira (2022), onde apontou uma lacuna na presença dos adolescentes nos serviços de saúde da atenção primária. A divergência entre a educação em saúde nas escolas e na unidade de saúde evidencia a importância da escola como um espaço fomentador de saúde, mas também ressalta a necessidade de reforçar a articulação intersetorial, ampliando as estratégias de educação em saúde para outros espaços, como as UBS, espaços comunitários, inclusive no ambiente domiciliar (SÁ, 2021).

A análise do nível de conhecimento revelou um aumento significativo no número de acertos após a realização da atividade educativa, sucedendo de 62,6% para 76,5% ($p < 0,05$). Esse aumento comprova a efetividade da intervenção educativa, resultado semelhante ao estudo de Monteiro *et al.* (2020), onde, quando comparadas as respostas do pré-teste com o pós-teste, notou-se diferença considerável, sendo de 49,1% para 86,6% respectivamente.

Isso evidencia que a educação em saúde é estratégia eficaz para contribuir com o conhecimento dos adolescentes acerca das ISTs e AIDS. Essas iniciativas mostram bons resultados especialmente quando aplicadas no ambiente escolar, visto ser o local onde os jovens passam muito tempo juntos, criam vínculos afetivos e compartilham conhecimentos e vivências. (MONTEIRO *et al.*, 2019).

Vale ressaltar que as atividades devem possuir um caráter mais dinâmico e interativo, promovendo o fortalecimento das interações e estimulando o compartilhamento de conhecimentos, assim, trazendo o esclarecimento das dúvidas, tabus e promovendo a mudança dos comportamentos de risco que possam comprometer a saúde integral desses adolescentes.

Frente aos resultados da pesquisa, destaca-se a importância do apoio da família e dos profissionais de saúde na compreensão da sexualidade dos adolescentes, desde a promoção de uma melhor adaptação às mudanças desse período, sejam elas físicas, biológicas ou sociais. É preciso respeitar a sexualidade humana e reconhecer que as sensações e práticas sexuais de cada adolescente devem ser encaradas como íntimas e sérias e, portanto, todas as práticas sexuais na adolescência devem ser subsidiadas de orientação preventiva (MOTA *et al.*, 2022).

5 CONCLUSÃO

Apesar de muitos adolescentes já terem recebido alguma orientação sobre a temática, ainda existiam lacunas significativas no conhecimento, principalmente no que se refere à prevenção, formas de transmissão e percepção de risco. E a realização da intervenção educativa evidenciou o aumento significativo no conhecimento dos adolescentes depois da intervenção.

Desse modo, a intervenção mostrou-se eficaz, o que demonstra a importância das ações de educação em saúde contínuas e sistematizadas no âmbito escolar como ferramenta para ampliar o conhecimento dos adolescentes acerca das ISTs/AIDS e empoderá-los para adoção dos métodos de prevenção.

Os achados da pesquisa reforçam a necessidade de fortalecer as políticas públicas, como o Programa Saúde na Escola, e ampliar o diálogo entre escola, família e serviços de saúde para que os adolescentes possam acessar informações adequadas e desenvolver consciência crítica.

Diante desse cenário, faz-se necessário investir em pesquisas longitudinais, que avaliem a mudança de comportamento dos adolescentes para prevenção das ISTs/AIDS, investigando além do conhecimento, a habilidade e a atitude desse público para adoção de práticas sexuais seguras.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, W.J.S et al. Fatores relacionados à iniciação das práticas sexuais precoces na adolescência: uma revisão integrativa. *Research, Society and Development*, v. 10, n. 14, p. 1-15, 2021.

AZEVEDO, M. et al. Infecções Sexualmente Transmissíveis (Ists) e Gravidez na Adolescência - Conhecimento e Prevenção para Escolares Adolescentes no Município de Campina Grande-Pb. *Caderno Impacto em Extensão*, Campina Grande, v. 3, n. 1, 2023.

BATISTA, FlamiceAmaral; ANDRADE, Jerusa Souza. Consequências da hipertensão arterial entre adolescentes grávidas na região Norte Consequences of arterial hypertension among pregnant adolescents in the Northern region. *Brazilian Journal of Health Review*, v. 4, n. 4, p. 15061-15078, 2021.

BORGES, A. et al. Uso de preservativo masculino e dupla proteção por homens adolescentes no Brasil. *Revista de Saúde Pública*, v. 55, p. 109, 2021

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria GM/MS nº 5.201, de 15 de Agosto de 2024. DOU - Imprensa Nacional.

CASTRO, L.C. et al. Prevalência e fatores associados à iniciação sexual em adolescentes escolares do Piauí, 2015. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, Brasília, v. 32, n. 1. e2022612, 2023.

COSTA, M.I.F et al. Determinantes sociais de saúde e vulnerabilidades às infecções sexualmente transmissíveis em adolescentes. *Revista Brasileira de Enfermagem*, v. 72, p. 1595-1601, 2019.

FERREIRA, A.G.N et al. Website sobre sexualidade e prevenção de infecções sexualmente transmissíveis para adolescentes católicos. *Acta Paulista de Enfermagem*, v. 33, p. eAPE20180260, 2020.

MEDEIROS, C; OLIVEIRA, L. ACESSO DOS ADOLESCENTES NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA. *Omnia Sapientiae*, v. 2, n. 3, p. 13-18, 2022

MONTEIRO, R.S.M. Ações educativas sobre prevenção de HIV/AIDS entre adolescentes em escolas. *Enfermería Actual de Costa Rica*, n. 37, p. 206-222, 2019.

MOREIRA, A. et al. Fatores associados ao não uso de preservativo por adolescentes brasileiros: uma revisão sistemática. *Research, Society and Development*, v. 11, n. 5, p. e54011528450-e54011528450, 2022.

MORRIS, Sheldon. Considerações gerais sobre infecções sexualmente transmissíveis (ISTs). MANUAL MSD, 2023. Disponível em: <https://www.msmanuals.com/pt/casa/infec%C3%A7%C3%A7%C3%ADveis-ists/considera%C3%A7%C3%A7%C3%ADveis-gerais-sobre-infec%C3%A7%C3%A7%C3%ADveis-ists>. Acesso em: 25 maio 2025.

MOTA, C.P et al. Uso de preservativos por adolescentes do ensino médio de escola pública federal do município de Niterói. *Research, Society and Development*, v. 11, n. 4, p. e26611427419-e26611427419, 2022.

PINHEIRO, P.N.C et al. Adolescentes em situação de pobreza: resiliência e vulnerabilidades às infecções sexualmente transmissíveis. *Revista Brasileira de Enfermagem*, v. 73, p. e20190242, 2020.

QUIRINO, E.E.A et al. Adesão ao preservativo masculino: realidade comportamental e conhecimento de universitários. *Nursing Edição Brasileira*, v. 26, n. 305, p. 9952-9959, 2023.

REIS, Larissa F. et al. Fatores associados à iniciação sexual precoce e ao sexo inseguro em adolescentes: uso de substâncias e estilo parental. *Journal of Adolescence*, v. 79, p. 128-135, 2020.

RODRIGUES, V.C.C et al. Fatores associados ao conhecimento e atitude de adolescentes quanto ao uso de preservativo masculino. *Revista Brasileira de Enfermagem*, v. 74, p. e20190452, 2021.

RUMOR, Pamela Camila Fernandes et al. Programa Saúde na Escola: potencialidades e limites da articulação intersetorial para promoção da saúde infantil. *Saúde em Debate*, v. 46, p. 116-128, 2023.

SPINDOLA, Thelma et al. A prevenção das infecções sexualmente transmissíveis nos roteiros sexuais de jovens: diferenças segundo o gênero. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 26, p. 2683-2692, 2021.

SPINOLA, M. C. R. Fatores associados a iniciação sexual precoce de adolescentes em Santarém, Pará. *SANARE - Revista de Políticas Públicas*, v. 19, n. 1, 2020.

VIEIRA, Kleber José et al. Início da atividade sexual e sexo protegido em adolescentes. *Escola Anna Nery*, v. 25, p. e20200066, 2021.

VIEIRA, Kleber José et al. Conhecimentos de adolescentes sobre métodos contraceptivos e infecções sexualmente transmissíveis. *Revista Baiana de Enfermagem*, v. 35, 2021.